



Logo do Master remete a uma pirâmide

Breve resumo do rolo Master, a partir dos documentos

A poucas horas do embate do século no octógono do Supremo Tribunal Federal (STF) – se, é claro, por alguma razão não acabar de novo sendo adiado –, vale lembrar um pouco de tudo o que se sabe sobre esse megaescândalo do Banco Master. Controvérsias à parte sobre se o ministro André Mendonça liberou ou não toda a documentação a respeito do que está sendo investigado, os milhares de arquivos reunidos em 15 processos, de 15 pastas somando mais de 25 gigabytes de informações ajudam a contar bem a história de algo que já nem mais pode ser chamado de maior escândalo financeiro da história. Tornou-se mais do que isso. Uma trama que envolve autoridades de todos os três poderes da República, na União, nos estados e nos municípios. O maior ataque patrimonialista da história do país necessitava de aliados em diversos níveis. E é essa a história que os documentos contam.

Tudo começa num esquema de pirâmide

Tudo começa com Daniel Vorcaro montando a partir do Banco Master um grande esquema de pirâmide. Vorcaro captava recursos a partir da emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com uma rentabilidade muito acima do mercado, pagando de 130% a 140% o valor do Certificado de Depósito Interbancário. Isso significa que cada título rendia de 30% a 40% acima do valor investido. Como em qualquer esquema de pirâmide, o dinheiro novo que entrava pagava a rentabilidade do que vencia.



Financiamento de Dark Horse está na PET 15.556

Ajuda do amigo Ciro Nogueira

Quando a coisa estourasse, Vorcaro contava com a ajuda do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Vem daí o primeiro ponto importante: a emenda tentada pelo amigo presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), aumentando o valor de cobertura do FGC para R\$ 1 milhão. Ou seja, se a pirâmide quebrasse, a emenda garantiria o retorno de todo mundo que tivesse investido até esse valor. Nesse ponto, era importante Vorcaro ter também outros amigos no Senado. Quem sabe investindo na cinebiografia do pai de um deles, o filme Dark Horse.

Outro caminho: vender antes de quebrar

Outro caminho possível era Vorcaro passar o banco adiante antes que quebrasse. E é esse o detalhamento que está nos 1.040 arquivos da PET 15.198, peça central da Operação Compliance Zero, que apura os eventuais crimes cometidos no processo de venda do Master para o Banco de Brasília (BRB). A investigação aponta para a criação de diversos créditos falsos para engordar o valor da carteira negociada com o BRB.

Bahia

Os documentos da PET 15.198 apontam também para as origens desses créditos falsos. Boa parte, como mostrou o Correio da Manhã, originados a partir de professores da rede de ensino da Bahia. Esse esquema foi levado para o Master por Augusto Lima que, antes de se tornar sócio de Vorcaro, comprou do governo da Bahia o CredCesta.

Wagner

É dentro dessa PET 15.198 que está a investigação que gerou uma operação contra o ex-líder do governo no Senado Jaques Wagner. O senador tem relações com Augusto Lima. Um dos pontos que se apura é se o governo da Bahia ajudou ou pelo menos tinha conhecimento da criação dos consignados fantasmas do CredCesta descobertos.

Moraes e Mendonça

O ponto central do pugilato verbal envolvendo os ministros André Mendonça e Alexandre de Moraes, porém, está na PET 16.662. É nela que estão os dados do celular de Vorcaro que comprometem Alexandre de Moraes. As conversas às vésperas da prisão e o contrato com o escritório da esposa do ministro, Viviane Barci.

Monitoramento

É aí que estão também os relatórios de inteligência da Polícia Federal que são motivo das reclamações de André Mendonça de que estaria sendo monitorado de maneira irregular. Esse é o ponto que fez Mendonça pedir o afastamento do diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, decisão depois revertida pelo ministro Flávio Dino.

Dark Horse

Na PET 15.556, está a documentação referente aos recursos para Dark Horse, a cinebiografia de Jair Bolsonaro. A PF afirma que Flávio Bolsonaro atuava como “interlocutor direto” com Vorcaro para tratar do dinheiro do filme. Flávio pediu R\$ 134 milhões, recebeu cerca de R\$ 61 milhões. Também se investiga o deputado Mário Frias (PL-SP).

Porta do céu

Os recursos foram repassados para um fundo nos Estados Unidos, Havengate, que curiosamente quer dizer “Portão do céu”, administrado pelo advogado Paulo Calixto, amigo do ex-deputado Eduardo Bolsonaro, que vive nos EUA. A PF investiga se esse dinheiro foi mesmo usado na sua totalidade para financiar o filme ou para outros fins.



Deputado é investigado por ação junto aos tribunais

PF mira Cezinha de Madureira por tráfico de influência

Operação mira deputado e esposa após conversas encontradas em telefone de assessora orçamentária

Por **Gabriela Gallo**

A Polícia Federal (PF) deflagrou nesta segunda-feira (14) a terceira fase da Operação Transparência que investiga desvios de recursos públicos e irregularidades na destinação de verbas de emendas parlamentares. A operação foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino que, no mesmo dia, derrubou o sigilo da decisão da operação, protocolado em 5 de setembro.

Dentre os três alvos da operação, está o deputado federal Antônio Cezar Correia Freire, conhecido como “Cezinha de Madureira” (PL-SP). Ele é investigado por suposta prática dos crimes de exploração de prestígio, tráfico de influência, corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Em sua decisão, Dino destaca que o deputado federal “aparenta utilizar a ascendência de sua função parlamentar para incutir em terceiros a percepção de influência sobre magistrados de Tribunais Superiores”, o que inclui o STF.

No dia 25 de agosto deste ano, a polícia apreendeu R\$ 510 mil em espécie da esposa do parlamentar, a advogada Valéria Rodrigues Linhares,

durante inspeção de bagagem de aparelhos de raio-X realizada no Aeroporto de Congonhas (SP). Como ela não apresentou documentos que comprovassem a origem do dinheiro, tampouco a regularidade da quantia, os valores foram retidos pela PF, que passou a investigar o caso. Valéria também é um dos alvos de investigação da PF.

Segundo as apurações da Polícia Federal, o casal atuava em conjunto com a servidora da Câmara dos Deputados Mariângela Fialek, conhecida como “Tuca”, apontada como uma das responsáveis pela coordenação da destinação de emendas parlamentares. Ela teve seus bens eletrônicos apreendidos pelas autoridades em dezembro de 2025 (primeira fase da operação policial) e, nos diálogos extraídos, foram reveladas a atuação contínua e articulada entre as três figuras que tinham papéis “complementares e definidos”.

Tuca era responsável por captar e formalizar “as causas e elaborar os memoriais”, Valéria redigia, revisava e assinava “os instrumentos de honorários e de cessão de crédito (...)” e o próprio Cezinha era o responsável por realizar e manter o suposto contato com ministros de tribunais.